



CPLP

**III REUNIÃO DOS MINISTROS DAS FINANÇAS
DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA**

21 de Fevereiro de 2014

DECLARAÇÃO DE MAPUTO

O Ministro das Finanças da República de Angola, o Vice-Ministro das Relações Exteriores para África e Oriente Médio em representação do Ministro da Fazenda da República Federativa do Brasil, a Ministra das Finanças e do Planeamento da República de Cabo Verde, o Ministro das Finanças da República de Moçambique, a Ministra de Estado e das Finanças da República Portuguesa, o Ministro do Plano e Finanças da República Democrática de São Tomé e Príncipe e a Ministra das Finanças da República Democrática de Timor-Leste participaram na III REUNIÃO DOS MINISTROS DAS FINANÇAS DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP), em Maputo, Moçambique, no dia 21 de Fevereiro de 2014.

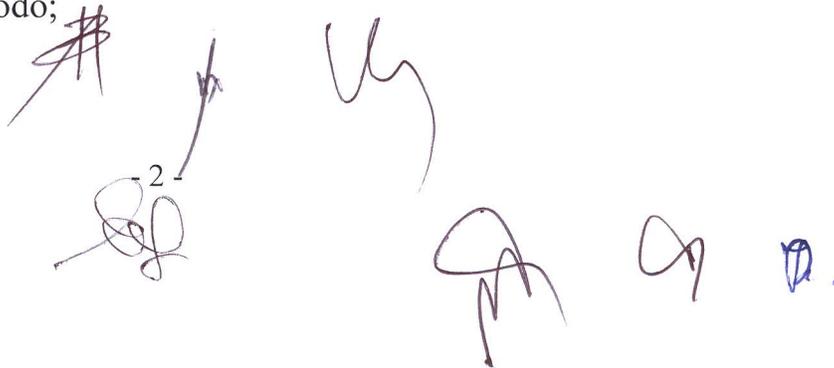
A cerimónia de abertura foi presidida por Sua Excelência o Primeiro-Ministro da República de Moçambique, Dr. Alberto Clementino António Vaquina.

O evento contou também com a presença de Sua Excelência o Secretário Executivo da CPLP, Embaixador Murade Isaac Miguigy Murargy.

Durante o encontro, dirigido por Sua Excelência o Ministro das Finanças da República de Moçambique, Dr. Manuel Chang, os Ministros decidiram:

1. Expressar a sua satisfação pela forma franca e amigável como decorreram os trabalhos da III Reunião, corroborando o excelente relacionamento político, económico e financeiro entre os Governos dos Países da CPLP e saudar os resultados alcançados;
2. Tomar boa nota do Relatório de actividades desenvolvidas durante a Presidência de Angola;

3. Enaltecer as iniciativas levadas a cabo pelos Estados Membros no sentido de criação de fóruns para partilha de informação, troca de experiências e transmissão de boas práticas, trazendo para a Comunidade maior capacidade de resposta aos problemas enfrentados por cada um dos países membros. É exemplo disso a realização do I Encontro Económico e Empresarial Público-Privado promovido pela Confederação Empresarial da CPLP (CE-CPLP), a 17 de Julho de 2013, em Maputo;
4. Tomar boa nota das apresentações e do debate sobre opções de investimento público e privado para a promoção do crescimento económico na CPLP num contexto de crise económica e financeira internacional, tendo:
 - a) Constatado que, ainda que de forma heterogénea, a crise económica e financeira internacional tem afectado todas as economias da CPLP, dependendo particularmente do nível de integração da economia nos mercados mundiais e regionais, bem como da conjuntura interna de cada Estado;
 - b) Reconhecido que para o caso dos países membros num nível mais avançado de desenvolvimento e com uma maior integração nos mercados financeiros internacionais, os efeitos da crise fizeram-se sentir de forma directa, e para o grupo de países que ainda se encontram em vias de desenvolvimento e com mercados financeiros pouco desenvolvidos, os efeitos foram indirectos, principalmente através do sector real da economia, dado que passaram a enfrentar crescentes dificuldades em exportar matérias-primas e produtos semi-acabados; e nos fluxos de capitais do exterior;
 - c) Atestado que a inflação nos países da CPLP mostrou-se volátil, em parte explicada pelo comportamento dos preços a nível internacional, com destaque para os de combustíveis e de bens alimentares;
 - d) Reiterado a necessidade de tomada de medidas mais efectivas que estimulem a inovação e geração de emprego nos países membros da CPLP, como um todo;

The bottom of the page features several handwritten signatures and initials in blue ink. On the left, there is a large, stylized signature. To its right, there is a smaller signature with a number '2' written above it. Further right, there are several other signatures and initials, including one that looks like 'M', another that looks like 'A', and a small blue mark on the far right.

- e) Constatado que a escolha das opções de investimento depende do contexto de cada País, mas que em tempos de crise, o recurso ao investimento público pode ser a melhor opção a considerar, uma vez que nestas épocas a aversão ao risco tende a retrair bastante a participação do sector privado;
 - f) Sublinhado que Moçambique tem apostado na expansão do volume de investimento na forma de Investimento Público, Investimento Privado com maior enfoque para o Investimento Directo Estrangeiro, e Parcerias Público-Privadas, como formas de contrapor os efeitos da crise económica e financeira internacional; e
 - g) Constatado que no caso de Portugal e Cabo Verde o investimento em infra-estruturas tem levado ao aumento da competitividade. Nesta fase, torna-se primordial a promoção do investimento privado, nacional e estrangeiro, em sectores de bens e serviços transaccionáveis.
5. Tomar boa nota da apresentação realizada pelo Professor Dr. José Chichava relativa à gestão sustentável de recursos naturais, seu impacto na receita do Estado, tendo:
- a) Sublinhado que a exploração dos recursos naturais joga um papel determinante no desenvolvimento dos países quando a sua gestão é eficiente, transparente e inclusiva;
 - b) Constatado que se deve garantir que a exploração dos recursos naturais seja uma bênção e não uma maldição, devendo para tal ser acompanhada do envolvimento activo do Governo, das empresas e das comunidades;
 - c) Apelado para a necessidade de se optar por um mecanismo de gestão dos recursos provenientes da exploração dos recursos naturais que assegure a sustentabilidade inter-geracional e que maximize os benefícios para a economia como um todo.



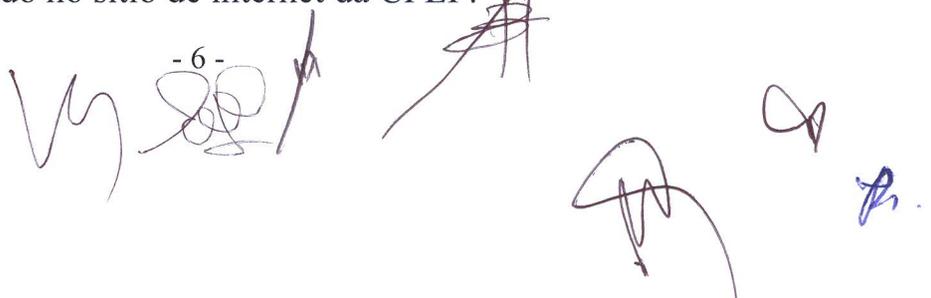
6. Reconhecer a necessidade de se prosseguir com acções visando a melhoria contínua da qualidade e transparência da gestão das finanças públicas, através de uma utilização eficiente dos recursos disponíveis, e do aumento da eficácia e eficiência dos sistemas fiscais.
7. Reiterar a importância da celebração e efectiva implementação das Convenções para Evitar a Dupla Tributação entre os países da CPLP, dependendo do nível de internacionalização das respectivas economias, reconhecendo que as mesmas constituem um instrumento essencial à criação de um enquadramento favorável ao desenvolvimento das trocas comerciais e do investimento directo mútuo, bem como a luta contra a fraude e a evasão fiscal, contribuindo assim para aumentar a competitividade dos sistemas fiscais dos Estados contratantes.
8. Enaltecer a importância da recente conclusão dos processos de reconstituição de recursos da Associação Internacional para o Desenvolvimento (Banco Mundial) e do Fundo Africano de Desenvolvimento (Banco Africano de Desenvolvimento) reconhecendo a importância destes para o crescimento sustentado e inclusivo dos países beneficiários e dando prova do compromisso dos países doadores.
9. Notar a concretização de projectos financiados por iniciativas de cooperação bilateral e multilateral, designadamente através de co-financiamento e de fundos de cooperação técnica, criados juntos de instituições financeiras internacionais (grupos do Banco Mundial e Banco Africano de Desenvolvimento), tendo como beneficiários os países da CPLP.
10. Reiterar o reconhecimento dos esforços desenvolvidos para a adopção da língua portuguesa, como língua de trabalho ou língua oficial nas organizações internacionais, sendo de destacar, em particular, os progressos alcançados no Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e na SADC, e incentivar esforços para que outros organismos internacionais como as Nações Unidas e União Africana, onde a representação seja assegurada pelos Ministérios das Finanças da CPLP, adoptem o mesmo procedimento.

11. Constatar com agrado os resultados dos processos de reforma das estruturas de governação dos grupos do Banco Mundial e Banco Africano de Desenvolvimento, bem como do Fundo Monetário Internacional com vista a contribuir para o aumento da legitimidade, da credibilidade, da responsabilização e da eficácia destas estruturas, por via da maior voz e representação dos países em desenvolvimento e das economias emergentes, em particular os de língua oficial portuguesa, reiterando maior celeridade na implementação das reformas do FMI.
12. Manifestar satisfação pela contínua participação dos países credores nas iniciativas de redução da dívida pública multilateral e bilateral.
13. Enaltecer o desenvolvimento de iniciativas de cooperação multilateral no âmbito da CPLP, no que se refere às áreas fiscais, aduaneiras e inspectivas, expressas nomeadamente, na 28ª Reunião do Conselho de Diretores-Gerais das Alfândegas e na 9ª Reunião do Grupo de Trabalho da Convenção de Quioto Revista, apelando à sua continuidade através de novas modalidades de financiamento e possibilitando o seu alargamento a outros domínios.
14. Tomar boa nota da proposta de um Fórum de Instituições do Tesouro e Gestoras da Dívida Pública da CPLP e incumbir a República Portuguesa de apresentar uma proposta de criação formal na próxima reunião dos Ministros das Finanças.
15. Congratular-se com a realização da 5ª Conferência dos Organismos Estratégicos do Controlo Interno da CPLP, que aprovou o Guião de Procedimentos para o Controlo da Contratação Pública, o qual deverá ser anualmente actualizado de acordo com os contributos de cada Organismo Estratégico de Controlo Interno da CPLP.
16. Saudar as boas relações entre a Organização Mundial das Alfândegas (OMA) e os países da CPLP, particularmente por esta ter participado na 28ª Reunião do Conselho de Diretores-Gerais das Alfândegas na condição de Observador.
17. Manifestar apreço pelo progresso verificado nos programas de cooperação técnica bilateral na área de finanças públicas, os quais tem vindo a contribuir significativamente para o reforço da capacidade, partilha de experiências e

transferência de conhecimentos entre serviços homólogos dos Ministérios das Finanças.

18. Reiterar o apelo para a necessidade dos Estados emitirem pareceres para a criação de um selo cultural da CPLP, com vista à elaboração de uma proposta final sobre a eventual concessão de um regime de importação temporária, para facilitação da circulação de bens culturais produzidos por cidadãos dos países da Comunidade.
19. Convidar as autoridades competentes dos Estados membros a promoverem o estudo de mecanismos financeiros com vista a ampliar, aprofundar e facilitar a cooperação económica e empresarial no espaço da CPLP.
20. Enaltecer os consensos do último Fórum Económico Mundial de Davos, relativos ao optimismo quanto ao processo de consolidação da recuperação da economia mundial, embora se reconheçam os desafios que ainda prevalecem.
21. Reiterar a necessidade de acções mais vigorosas para o fomento de uma distribuição mais equitativa de rendimentos para a redução da pobreza e melhoria das condições de vida nos países membros da CPLP.
22. Incentivar as autoridades competentes dos Estados membros a prosseguirem com políticas macroeconómicas prudentes que assegurem o restauro ou o contínuo crescimento económico num contexto em que a conjuntura económica internacional continua a apresentar importantes desafios.
23. Manifestar disponibilidade para incrementar a frequência dos seus encontros, nomeadamente à margem das reuniões dos fóruns internacionais em que participam, para maior visibilidade de acções e posições conjuntas e partilhar experiências.
24. Criar um grupo de trabalho que avalie e proponha novas formas de colaboração entre os Estados membros tendentes, nomeadamente, a partilhar informação e definir formas de propiciar investimentos mútuos.
25. Expressar satisfação relativamente ao trabalho desenvolvido pelo Secretariado Técnico Permanente, no que diz respeito à actualização do Portal dedicado às finanças públicas, alojado no sítio de internet da CPLP.

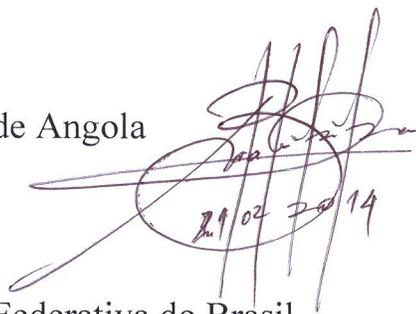
- 6 -



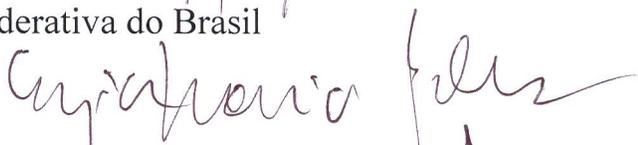
26. Saudar a República Democrática de Timor Leste por se ter disponibilizado a acolher em 2015 a IV Reunião dos Ministros das Finanças da CPLP.
27. Manifestar agrado pelo facto do Governo de Moçambique acolher em Maio de 2014 em Maputo, a Conferência de Alto Nível intitulada *África em Ascensão*, co-organizada com o Fundo Monetário Internacional, sobre o desempenho e os principais desafios económicos do continente africano e partilha de experiências das políticas económicas e financeiras adoptadas pelos países do continente.
28. Expressar à República de Moçambique, e em particular a Sua Excelência o Ministro das Finanças, agradecimentos pela calorosa hospitalidade e provisão de excelentes condições de trabalho, que contribuíram para o sucesso do encontro.

Maputo, aos 21 de Fevereiro de 2014

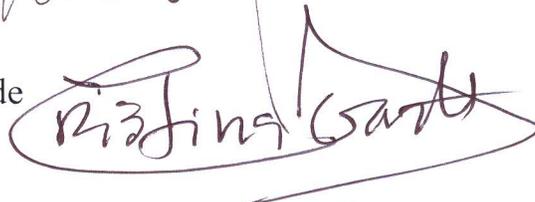
Pela República de Angola



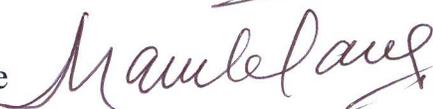
Pela Republica Federativa do Brasil



Pela República de Cabo Verde



Pela República de Moçambique



Pela República Portuguesa



Pela República Democrática de São Tomé e Príncipe



Pela República Democrática de Timor-Leste

